mercado

Área de milícia é desafio para leilão da Cedae

Considerado a maior concessão de infraestrutura do país, projeto prevê R$ 31 bi em investimentos no Rio de Janeiro

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Considerado pelo mercado o maior projeto de infraestrutura do país, a concessão de serviços de água e esgoto do Rio de Janeiro tem números superlativos: outorga mínima de R$ 10,6 bilhões e cerca de R$ 30 bilhões em investimentos para atender 13 milhões de pessoas.

Mas os desafios dos novos concessionários são inversamente proporcionais. Terão que enfrentar, ao menos nos primeiros anos, um cenário de insegurança hídrica, com elevados índices de inadimplência e perdas e, além de tudo, em regiões que vivem sob o domínio de grupos armados.

O leilão está previsto para o dia 30. Até agora —o edital foi publicado em dezembro—, 12 empresas manifestaram interesse pela disputa, que movimenta também escritórios de advocacia e fornecedores de equipamentos.

A concessão foi dividida em quatro blocos, cada um com uma região da capital fluminense e outras cidades da região metropolitana e do interior. O modelo foi definido sob o conceito de "filé e osso", para que cada concessionário fique, ao mesmo tempo, com uma área de grande densidade populacional e outras que demandarão maiores aportes mas têm receita menor.

Estudo da Abcon/Sindcon (associação de concessionárias de saneamento), em parceria com a KPMG, calcula que os investimentos previstos no edital vão gerar um impacto econômico de R$ 47 bilhões, com efeitos principalmente na indústria, e a geração direta e indireta de 402 mil empregos.

O estudo aponta que a concessão trará "externalidades positivas na saúde, bem-estar e ambiente", lembrando ainda o potencial para alavancar a economia.

Embora esperem interesse e atração de grandes grupos externos, especialistas veem riscos para os eventuais concessionários, tanto regulatórios quanto na capacidade de atendimento ou cumprimento das metas de universalização.

Um deles é o convívio com áreas dominadas por facções armadas. Pesquisa do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da UFF (Universidade Federal Fluminense) aponta que 57,4% da população da região metropolitana do Rio vive em territórios sob controle de organização criminosa.

Com maior capilaridade, milícias ocupam áreas onde vivem 29,2% da população da região e já são, hoje, obstáculo para prestadoras de serviços como de luz ou de gás natural.

No setor de energia, o Rio está entre os estados com maiores perdas não técnicas do país. Em 2019, 45% da eletricidade injetada na rede do estado deixou de ser faturada pelas distribuidoras locais, tendo se perdido principalmente em "gatos" na rede elétrica.

Há ainda recorrentes problemas com furto de equipamentos, como cabos de telefonia. Na própria área da Cedae, era comum o furto de bombas, diz Wagner Victer, que presidiu a companhia entre 2007 e 2014. "Quando assumi, cerca de 200 das 1.000 elevatórias da empresa estavam paradas por furto de cabos ou de bombas", recorda.

Para especialistas, a questão pode impactar o preço final das concessões, ao reduzir a previsibilidade sobre retorno e possibilidade de cumprimento das metas de universalização e redução de perdas.

"Como fazer para gerar toda a infraestrutura necessária dentro de uma comunidade, área ocupada, com adensamento razoavelmente desordenado? É um desafio de segurança e da própria natureza de toda cidade grande", diz Fábio Izidoro, sócio da área de infraestrutura do MNA Advogados.

"Essa é uma dor de cabeça que vai acompanhar não só a licitação como também a execução dos projetos", concorda Maurício Moreira Menezes, do Moreira Menezes, Martins Advogados. "Todo o mundo sabe que tem esse problema, e a quantificação e precificação dele é um desafio."

Victer diz que conseguiu minimizar o problema estreitando contato com lideranças comunitárias, mas, em sua avaliação, o setor privado terá mais dificuldade para gerenciar as obras nessas regiões.

Além da dificuldade de acesso a algumas áreas, os concessionários terão que lidar com elevada inadimplência —que é de no mínimo 25%— e perdas na rede de distribuição.

Em Seropédica, município com amplo controle territorial de milícias, a inadimplência chega a 81%, segundo dados do BNDES. Em Belford Roxo, a 40 quilômetros dali, é de 73%.

O Rio é também um dos estados com maior perda de água na rede. Segundo o Snis (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), a Cedae perde 729 litros por ligação por dia, mais que o dobro da média nacional.

Responsável pela modelagem das concessões, o BNDES aposta na redução da inadimplência e das perdas como um dos incentivos ao investimento para elevar produtividade e rentabilidade das concessões.

O processo de concessão mantém a produção de água sob o controle da estrutura da Cedae que permanecerá estatal. Essa empresa será responsável pelos investimentos para ampliar a capacidade hídrica do estado. São R$ 2,9 bilhões em despoluição e em uma nova estação de tratamento na bacia do rio Guandu.

A execução do projeto é vista como outro risco para os futuros concessionários. Sem ele, a região metropolitana do Rio permanecerá com a fragilidade hídrica que levou a Cedae a distribuir nos dois últimos verões água com gosto de terra, problema provocado pela proliferação de geosmina em meio à água poluída da bacia.

"Tem hoje problema de abastecimento de água para todo o estado", diz Alberto Sogayar, sócio da área de infraestrutura do LO Baptista Advogados. Para ele, os contratos de compra de água deverão tratar de eventuais contingências e de socorro em caso de eventuais insuficiências hídricas em algum dos blocos.

O governo do Rio promete garantir acesso dos concessionários a qualquer região do estado e fala em um esforço conjunto para definir um plano de ação para a ampliação da infraestrutura. "Não há área no estado em que o Estado não possa atuar", diz o chefe da Casa Civil do governo estadual, Nicola Miccione.

"Vamos construir juntos isso", completou, afirmando que a polícia já vem atuando em conjunto com as concessionárias em caso de dificuldades, citando episódio recente em que a distribuidora de gás canalizado Naturgy foi impedida de entrar em um condomínio dominado pela milícia.

Miccione diz que o governador interino Cláudio Castro (PSC) trabalha também num plano de modernização da Cedae remanescente, para garantir que os compromissos de investimento na captação de água sejam cumpridos.

Segundo ele, já há grande interesse pelo leilão. Em evento virtual no mês passado, disse que mais de mil visitas técnicas com interessados já haviam sido realizadas. Outras mil teriam sido agendadas.

Além da receita com a outorga, o governo espera que a concessão ajude o estado a se recuperar da crise. "O projeto tem um efeito multiplicador muito grande, gera uma espiral positiva em várias cadeias produtivas", afirma.

A longo prazo, acrescenta, terá efeitos também sobre a saúde, a educação e a qualificação profissional, já que investimentos em saneamento costumam reduzir a proliferação de doenças e melhorar a frequência escolar dos alunos.

Victer vê problemas no modelo e, em sua avaliação, será difícil garantir os aportes pedidos pelo governo sem aumento da tarifa, como promete o edital. "Ao deixar de ser estatal, a empresa perde imunidade tributária. Tem ainda que pagar outorga e investir R$ 30 bilhões. Isso não para de pé."

Alheios à discussão, fornecedores começam a se movimentar para atender à demanda, não só da Cedae mas de outras concessões de saneamento já licitadas ou previstas pelo governo. A fabricante de medidores de água Acell, por exemplo, quer expandir a capacidade de produção em 25%.

A empresa já investiu US$ 10 milhões em maquinário e contratou mais 85 pessoas para trabalhar em sua fábrica em Americana (SP), que hoje tem cerca de 600 empregados.

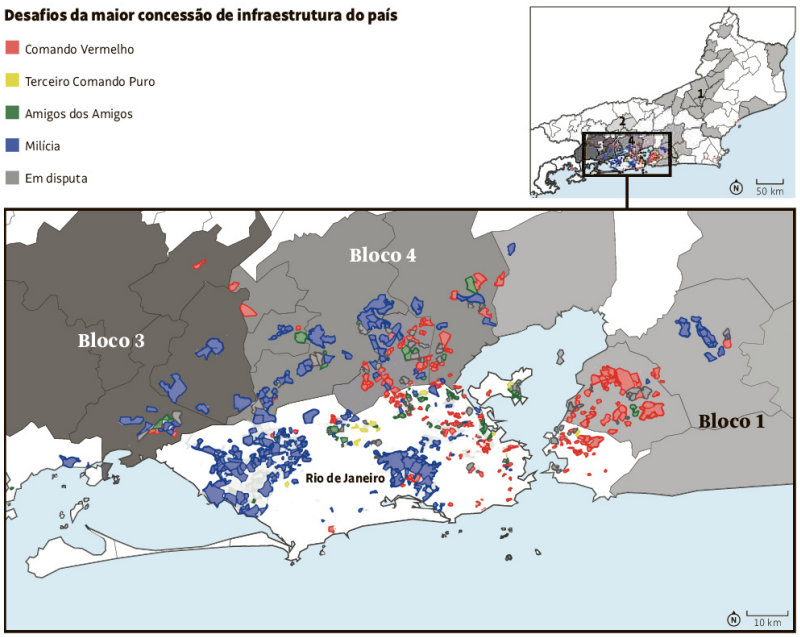
"Vamos fazer outra rodada [de investimentos], que pode resultar na abertura de uma nova unidade fabril", diz o diretor-executivo, Henrique Costa. Ele diz acreditar que o mercado de medidores pode saltar das atuais 6 milhões de unidades por ano para perto de 10 milhões nos próximos anos.

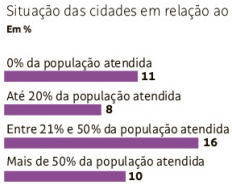
Para Costa, o processo de universalização do saneamento vai movimentar diversos fornecedores e prestadores de serviços.

"São medidores, tubulação, bombas, motores, investimentos em novas unidades de tratamento de água e de esgoto... E, se vai trocar tubulação, precisa de asfalto. Se tem estações de tratamento, precisa de produtos químicos."



Rio Pavuna, na zona norte do Rio; privatização da estatal de saneamento prevê R$ 31 bi em investimentos Tércio Teixeira/Folhapress







Fonte: BNDES e Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos